



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento, abertura de processo de despesa por meio de dispensa de licitação, visando a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma e manutenção do poço artesiano na escola municipal Luiz de Oliveira, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação visa garantir o pleno funcionamento do poço artesiano da escola, assegurando o abastecimento de água potável para alunos, professores e funcionários. O sistema apresenta falhas que comprometem a qualidade e a regularidade do fornecimento, sendo necessária a execução de serviços especializados de manutenção e reforma.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Para a presente aquisição, deverão ser consideradas as seguintes informações orçamentárias:

ORGANOGRAMA	FONTE	DETALHAMENTO DA FONTE
652	101	101000

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1. A especificação:

QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	contratação de empresa especializada para execução dos serviços de reforma e manutenção do poço artesiano na escola municipal Luiz de Oliveira, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos. Conforme planilha de composição de preços.	R\$ 14.265,00	R\$ 14.265,00



4.2 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

QTD	DESCRIÇÃO DA PEÇA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	BOIA ELETRICA SENSOR CONTROL ANAUGER	R\$ 50,00	R\$ 50,00
01	CONECTOR PERF CDP-70 10-95/1,5- 10MM2	R\$ 15,00	R\$ 15,00
03	DISJUNTOR 1P CURVA C-3KA - 10A DA3-C110	R\$ 15,00	R\$ 45,00
01	RELE DE NIVEL ELETRON RNW- ESVAZIAMENTO	R\$ 320,00	R\$ 320,00
01	AREIA MEDIA	R\$ 35,00	R\$ 35,00
01	FILTRO 12 TP S/AREIA RCTE JACUZZI	R\$ 830,00	R\$ 830,00
01	VALVULA ESFERA 1.1/4 PN30 - CROMADO	R\$ 120,00	R\$ 120,00
01	BOMBEADOR LEÃO TRIF MB 4R5PA-13 230/002/38	R\$ 950,00	R\$ 950,00
35	TUBOS EDUTOR GEO VINYL 1.1/4	R\$ 80,00	R\$ 2.800,00
35	LUVA PVC VINYL 1.1/4	R\$ 22,00	R\$ 770,00
150	CABO FLEXIVEL LAMEFLEX 3X1,50MM PRETO	R\$ 8,00	R\$ 1.200,00
03	ELETRODO PARA RELE DE NIVEL CABO 1,5 MT	R\$ 60,00	R\$ 180,00
01	RELE FALTA DE FASE 380V S/NEUTRO RMW17FF	R\$ 320,00	R\$ 320,00
30	LUVA ROSCAVEL ¾	R\$ 6,00	R\$ 180,00
120	ELETRODUTO 1 ½	R\$ 8,00	R\$ 960,00
120	ELETRODUTO 1 P BOIA	R\$ 8,00	R\$ 960,00



01	SERVIÇO MONTAGEM PAINEL	EM DE	R\$ 250,00	R\$ 250,00
01	SERVIÇO EM CAIXA DE LIGAÇÃO		R\$ 480,00	R\$ 480,00
01	SERVIÇO INSTALAÇÃO BOMBA	DE EM	R\$ 3800,00	R\$ 3800,00
Valor total.....				R\$ 14.265,00

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

5.1. O valor total estimado do presente fornecimento é de R\$ 14.265,00 (quatorze mil, duzentos e sessenta e cinco reais) cujo valor foi apurado pela pesquisa de preço.

5.2. Deverá ser realizada pesquisa de preços para fins de verificar se os valores propostos estão de acordo com o praticado no mercado.

5.3. No valor a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1. A modalidade licitatória adotada para a seleção do fornecedor será por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento de menor preço, haja vista os padrões de desempenho e qualidade serem objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, sendo comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

6.1.1. A contratação direta por dispensa de licitação permite uma maior celeridade na aquisição de bens e serviços, atendendo a demandas urgentes e evitando a morosidade do processo licitatório, que pode comprometer a continuidade dos serviços públicos.

6.2. A aquisição se fundamenta nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2.1. Conforme o Decreto nº. 12.807, de 29 de dezembro de 2025, ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art 75, caput, inciso II - R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).



JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A não elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a presente aquisição, considerando a nova Lei de Licitações e Contratos, inicialmente, se baseia nas disposições do inciso I, art. 72 da lei n. 14.133 que trata da formalização dos processos de contratação direta elucidando que tais contratações devem ser formalizadas pelo **“documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos**, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo” (grifo nosso).

Considerando ainda, que em âmbito municipal, a obrigação de elaborar estudo Técnico Preliminar aplica-se a aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, sendo opcional nos seguintes casos, conforme art. 13, Decreto Municipal nº. 1.653 de 07 de abril de 2022:

I – contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma da contratação;

II – dispensa de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7 do art. 90 da 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV – quaisquer alterações contratuais realizados por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

Neste sentido a Administração pode substituir o Estudo Técnico Preliminar (ETP) por outro documento simplificado quando a contratação for de baixa complexidade. Esse documento substitutivo deve conter as informações mínimas necessárias para garantir a execução adequada da despesa, conforme o presente caso.

8. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O serviço será executado na Escola Municipal Luiz de Oliveira, localizada na Rua Jacaranda, nº. 200, Bairro Aldeia do Morro, Município de Goianésia/Go, mediante autorização de entrega emitida pela Secretaria Municipal de Educação, não admitindo a execução dos serviços em outro local, de segunda a sexta das 07:00 as 11:00h e das 13:00 as 17:00h.

8.2 A empresa deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários, incluindo: bomba submersa, tubulações, conexões, cabos elétricos, produtos para desinfecção e ferramentas adequadas e Emissão de relatório técnico final com laudo de funcionamento.



9. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

9.1. O prazo de entrega dos serviços será de 20 dias e a garantia técnica de 12 meses.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado em parcela única, após a entrega total dos materiais/serviços.

10.2. No valor a ser pago pela requisitante estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da presente aquisição.

10.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante do protocolo da nota fiscal devidamente assinada pelo secretário da pasta. Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará bloqueada e o pagamento susinado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o Município.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações da Contratada:

11.1.1. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica do ato da contratação, observando e acatando as disposições do artigo 92 Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que sejam cabíveis à natureza deste instrumento ou através da certidão/certificado aludido no inciso II, do artigo 69 da supracitada lei;

11.1.2. Acatar com as disposições da legislação vigente inerente ao objeto deste contrato, respeitando e primando especialmente pelo cumprimento dos artigos 117 a 121 da Lei 14.133 de 1-º de abril de 2021;

11.1.3. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, e para aprendiz.

11.1.4. Efetuar a entrega dos serviços, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do contrato e do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do modelo, procedência e prazo de garantia;

11.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

11.1.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a camiseta com avarias ou defeitos;



11.2. Obrigações da Contratante:

11.2.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

11.2.2. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue qualquer produto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

11.2.3. Autorizar o fornecimento dos itens e emitir os documentos específicos para tal.

11.2.4. Exercer a fiscalização do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 14.133/2021.

11.2.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12. DA SUBSTITUIÇÃO DO CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO

12.1. Tendo em vista o caráter econômico do fornecimento, ou seja, contratos com valores inferiores aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021); e ainda a simplicidade das obrigações da presente aquisição e a ausência de risco, o que ocorre nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, optasse pela substituição do instrumento de contrato por nota de empenho, nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

13. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA

13.1. Será selecionado o fornecedor proponente que apresentar o melhor preço global, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

13.1.1. DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS:

13.1.1.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Comprovante de número de conta bancária

documentação (do representante) exigida das pessoas físicas.

- a) Cédula de Identidade dos sócios;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Individual de Contribuinte (CIC ou CPF) do Ministério da Fazenda dos sócios;
- a) Informações para contato: email e telefone.

13.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
- d) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Secretaria da Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda do Município, relativa à sede ou domicílio da empresa.

Goianésia, 09 de janeiro de 2026.

Digitally signed by THAISA BARBOSA TEIXEIRA
Date: 2026.01.09 16:52:40 GMT-03:00
Reason: Arquivo assinado eletronicamente
Location: BR

Thaís Barbosa Teixeira
Assistente Administrativo
Secretaria Municipal de Educação